

CAPÍTULO 10

Pode-se falar em “futebol comunitário” na França?

Igor Martinache

Universidade Paris-Nanterre, França

INTRODUÇÃO

Como diz um provérbio italiano: “*traduttore, traditore*”. Significativamente intraduzível sem perder a paronomásia, ele costuma ser vertido para o francês como “traduzir é trair” e se revela particularmente pertinente para quem se propõe a estudar o futebol em diferentes sociedades, como a brasileira e a francesa — o que nos lembra, aliás, que no que diz respeito à bola, como em muitos outros domínios, globalização não significa padronização (Giulianotti e Robertson 2004). Mesmo levando em conta o famoso preceito durkheimiano segundo o qual “o método comparativo é o único apropriado à Sociologia” (Durkheim 1967: 124), o sociólogo francês encontrará dificuldades para traduzir certas expressões correntes que designam a prática do futebol no país de Pelé e Garrincha, a começar pela muito usada “futebol comunitário”. Essa categoria não corresponde nem ao futebol amador organizado com *status* associativo, nem ao futebol informal de rua ou de várzea (Trémoulinas

2008), mas sim a um fenômeno original difícil de reproduzir dentro das formas de organização da prática futebolística na França. Em todo caso, seria particularmente inadequado qualificar isso em francês como “*football communautaire*”, já que esse adjetivo tem conotações especialmente negativas no contexto francês.

Essa desconfiança em relação às comunidades remonta, na verdade, à Revolução Francesa, de 1789, e à noção particular de interesse geral que ela promoveu. Considerando que as corporações do Antigo Regime contribuíam para manter os privilégios e as desigualdades entre os cidadãos, a Assembleia Constituinte adotou, em 1791, o decreto d’Allarde e a lei Le Chapelier, que proibiram as corporações — ou seja, qualquer associação profissional, tanto de empregadores quanto de empregados — em nome da liberdade de empreender. Isso acabou entrando a formação dos sindicatos, que só foram legalizados em 1884 com a lei Waldeck-Rousseau. Mais fundamentalmente, os jacobinos — majoritários entre os revolucionários da Primeira República — impuseram a ideia de que o Estado era o guardião do interesse geral e que nenhum “corpo intermediário” deveria se interpor entre este e os cidadãos, concebidos como indivíduos autônomos e iguais. Daí a forte centralização do poder estatal em comparação com outros países europeus, sendo qualquer transferência de prerrogativas às coletividades locais, especialmente às regiões, por muito tempo percebida como uma ressurreição de poderes feudais (Dulong 1978). O fato de o regime autoritário de Vichy, como outros regimes fascistas, ter dado destaque central às corporações e ao *terroir* [identidade territorial] certamente contribuiu para enraizar

no imaginário francês a desconfiança em relação a qualquer tipo de subgrupo dentro da nação, seja ele baseado em vínculos profissionais ou geográficos. Prova disso são as acusações feitas a Durkheim de ter prefigurado o Estado corporativista fascista, ainda que suas concepções estivessem nos antípodas disso (Plouviez 2015).

Contudo, essa desconfiança em relação às comunidades, no sentido de grupos fundados sobre uma solidariedade mecânica (Durkheim 1893), voltou-se progressivamente contra os imigrantes. Se desde o início do século XIX a França constituiu uma exceção no continente europeu ao apresentar saldo migratório positivo, enquanto seus vizinhos perdiam população, o agrupamento de imigrantes em território francês ainda hoje é visto como um obstáculo à plena integração deles à sociedade, que se pretende baseada na assimilação total. Apesar do “cadinho francês” (Noiriel 1988) ter funcionado a pleno vapor, cada nova geração de imigrantes é suspeita — especialmente pelos setores conservadores — de não querer ou não conseguir se assimilar, ironicamente utilizando as gerações anteriores de imigrantes como exemplo e esquecendo as violências que também elas sofreram. Mais recentemente, os ataques terroristas conduzidos em nome do islamismo radical a partir dos anos 1990 contribuíram para um novo deslocamento do termo “comunitário” ou “comunitarista”, agora aplicado principalmente a pessoas de fé muçulmana, que representam cerca de um décimo da população.¹ O “comunitaris-

1 Estimativa aproximada, pois todo recenseamento com base étnica ou religiosa é proibido na França.

mo” passou, assim, a ser usado para estigmatizar setores das classes populares minoritárias, alvos de uma dupla atribuição — “racial” e religiosa — com base em sua aparência física ou sobrenome, acusados de cultivar um isolamento social que colocaria em risco a coesão da comunidade nacional, embora o isolamento social voluntário das classes superiores raramente seja questionado (Mohammed e Talpin 2018). O futebol não escapa dessas lógicas de exclusão, como mostram os alarmes midiáticos e políticos que, desde a onda de atentados de 2015, apontam certos clubes como supostos focos de radicalização islâmica (Sallé e Bréhon 2020).

Nesta contribuição, propomos questionar essas representações e, mais fundamentalmente, a oposição entre comunidades e sociedade que as sustenta, com base em diferentes trabalhos sócio-históricos sobre a prática do futebol — estudos que tendem a mostrar, pelo contrário, que esse esporte, assim como outras práticas culturais ou profissionais, desempenhou e continua a desempenhar um poderoso papel integrador, sem que para isso seja necessário apagar as diferenças.

COMUNIDADE E SOCIEDADE: UMA OPOSIÇÃO EM QUESTÃO

A distinção entre comunidade e sociedade é tão antiga quanto problemática na Sociologia, sobretudo porque é difícil desencilhá-la do senso comum. Ferdinand Tönnies foi o primeiro a formulá-la, em sua obra epônima de 1887, a partir de uma distinção estabelecida pelo psicólogo Wilhelm Wundt entre uma “vontade orgânica” e uma “vontade refletida” (Tönnies 2010). A primeira se

refere a ações guiadas pela busca de prazer, aos hábitos e tradições — e, portanto, voltadas para o passado —, enquanto a segunda diz respeito a ações resultantes de um raciocínio e motivadas pelo interesse individual. Cada uma dessas vontades determina um tipo específico de vínculo social: no primeiro caso, baseado na família, nos afetos, na religião e em outras tradições; no segundo, em contratos de todo tipo — transações mercantis, relações de trabalho etc. —, delineando, assim, dois modelos: comunidade e sociedade. Poucos anos depois, Émile Durkheim inspirou-se fortemente nisso, não sem criticar o tom nostálgico de Tönnies, para elaborar sua famosa distinção entre “solidariedade mecânica”, baseada na similitude, e “solidariedade orgânica”, baseada na complementaridade. Esta última substitui gradualmente a primeira à medida que avança a divisão do trabalho social (Durkheim 1893). Embora Durkheim tenha o mérito de introduzir uma dimensão processual, sua abordagem não está isenta de um certo evolucionismo normativo, que permeia toda a sua obra, movido pelo medo do avanço da anomia junto à solidariedade orgânica. Foi Max Weber quem provavelmente ofereceu a visão mais heurística dessa distinção, um quarto de século mais tarde, em sua obra-prima *Economia e Sociedade*, com os conceitos de *Vergemeinschaftung* e *Vergesellschaftung*, traduzidos em português por “comunitarização” e “societização” (Colliot-Thélène 2019). Weber insistiu ainda mais na dimensão processual desses fenômenos, mas apontou que eles estão, na verdade, intrinsecamente entrelaçados na maioria das relações sociais, ou seja, há afeto e contrato, semelhança e diferença, na formação de quase todo coletivo.

Essa perspectiva, livre de qualquer evolucionismo, parece-nos mais adequada para analisar os agrupamentos sociais de todos os tipos, inclusive no futebol, como também ilustram as lógicas do torcedorismo, onde se mesclam pertencimentos locais e projeções eletivas, como particularmente evidenciado pelo “torcedorismo à distância” (Lestrelin 2011). É isso que tentaremos demonstrar na continuação deste texto a partir de dois ângulos: primeiro, aquele que hoje mais frequentemente se associa à noção de comunidade nas representações coletivas francesas, o da imigração e da integração das pessoas “de origem”, como se costuma dizer. Em segundo lugar, abordaremos o que mais vinha à mente dos sociólogos, e de seus contemporâneos, no final do século XIX e início do XX: a comunidade aldeã.

FUTEBOL E COMUNIDADE(S) NACIONAL(IS): O ESPELHO DOS AZUIS

Em um artigo programático, baseado principalmente em relatos autobiográficos de jogadores imigrantes ou filhos de imigrantes, Stéphane Beaud e Gérard Noiriel apontam diversos caminhos para o estudo das relações entre o futebol e a imigração, que se revelam mais complexas do que aparentam (Beaud e Noiriel 1990). Recordando, primeiro, um levantamento feito por um grande jornal esportivo que mostrava que cerca de um terço dos jogadores convocados para a seleção masculina de futebol da França, desde sua criação, tinham origem estrangeira ou dos territórios ultramarinos, os autores demonstram que o recrutamento e as condições de entrada na car-

reira futebolística estão estreitamente ligados às transformações da classe operária no país, especialmente às diferentes rotas de imigração estabelecidas conforme as regiões e os setores de atividade. Ao questionarem o papel integrador do futebol, os autores destacam que a resposta depende do significado que se dá à “integração dos imigrantes”: seria uma assimilação cultural ou uma inserção nas diversas esferas da vida social (emprego, sociabilidades locais etc.)? A resposta também depende, segundo os autores, da população considerada: a elite futebolística, os jogadores amadores ou os espectadores? Se essa questão já exigia — e ainda exige — mais investigações, os relatos analisados revelam a recorrência de experiências de rejeição de cunho racista ou xenófobo que, em contrapartida, levaram esses indivíduos a reivindicar suas origens estrangeiras, sem que isso impedisse sua integração — muito pelo contrário, segundo os autores, que observam que as manifestações patrióticas não impediam os torcedores de se identificarem com jogadores de origem estrangeira e de naturalizar a diversidade de sobrenomes no país, por exemplo. Essas análises apontam, portanto, para uma combinação complexa, em vez de uma oposição, entre os processos de *comunitarização* e *societização* no futebol, o que parece culminar com a vitória inédita da seleção francesa na Copa do Mundo masculina de 1998 em casa, vencendo na final o Brasil de Ronaldo “Fenômeno” por três a zero. A sociedade francesa enaltece sua equipe “*Black-Blanc-Beurs*” (Negros-Brancos-Árabes), apelido que celebrava explicitamente a diversidade de origens geográficas dos jogadores, para grande desgosto da extrema-direita, e parece finalmente recon-

ciliada com sua história de “cadinho” (Noiriel 1988) multinacional e multicultural. No entanto, esse entusiasmo integrador revela-se de curta duração, pois menos de quatro anos depois, um candidato de extrema-direita se qualifica pela primeira vez para o segundo turno da eleição presidencial, revelando que as fraturas da sociedade francesa estavam longe de ter cicatrizado. O futebol também se torna um espelho disso durante a Copa do Mundo masculina de 2010, na África do Sul. Os “Bleus”, como são conhecidos os jogadores da seleção francesa, se recusam a sair do ônibus para treinar, após a imprensa divulgar supostas ofensas proferidas por um jogador contra o técnico, ainda que isso tenha ocorrido a portas fechadas dentro do vestiário. Essa “greve” é duramente condenada por diversos comentaristas na mídia, que não hesitam em atribuir o que julgam ser um comportamento de “delinquentes” às origens estrangeiras de alguns atletas. Refletindo sobre os fatores desse acontecimento, Stéphane Beaud destaca as transformações no recrutamento e nas trajetórias dos jogadores profissionais, especialmente a institucionalização precoce e a internacionalização das carreiras, além de outros fatores, como o distanciamento em relação aos jornalistas esportivos. Ele também sublinha as diferenças na socialização dos protagonistas dessa greve — que, aliás, nunca foi tratada como um verdadeiro conflito trabalhista, apesar do nome — em relação àquela vivida por gerações anteriores da seleção, em especial os campeões de 1998, o que remete à desestabilização da classe operária, sobretudo de origem imigrante, provocada pelo fim dos “Trinta Gloriosos” (Beaud 2011). O sociólogo destaca ainda, em seu último capítulo, outra forma de estigmatização

dos jogadores de elite de origem estrangeira na mídia, após os decretos da FIFA que modificaram as regras de definição da nacionalidade esportiva em 2003 e 2008. As novas regras permitem que jogadores com dupla nacionalidade escolham por qual seleção jogar, sem limite de idade, mas de maneira irreversível. Isso levou vários jogadores nascidos e criados na França a optarem por defender a seleção do país de seus pais, frequentemente no continente africano — o que foi interpretado por alguns conservadores como sinal de não integração ou até de traição nacional. No entanto, essas decisões são motivadas, na maioria das vezes, por razões esportivas — como a oportunidade de jogar por uma seleção mais acessível que a francesa — e, talvez principalmente, por um sentimento de rejeição, do qual se aproveitaram as federações “aliciadoras” do outro país.

A mesma complexidade nos sentimentos de pertencimento aparece entre os torcedores de seleções nacionais, acompanhada do mesmo tipo de pânico moral que exige uma escolha clara de lado em matéria de pertencimento nacional. Essa tensão recai especialmente sobre as manifestações de apoio à seleção da Argélia no caso francês, revelando fraturas ainda abertas na antiga metrópole devido à Guerra de Independência (1954-1962). As vaias à Marselhesa, hino nacional francês, ouvidas no Stade de France durante um amistoso entre França e Argélia, em 6 de outubro de 2001, geraram forte polêmica política e midiática — reativada posteriormente em uma partida França-Marrocos, em 2007, e outra França-Tunísia, em 2008, após a qual o então presidente Nicolas Sarkozy chegou a exigir o cancelamento imediato de futuras partidas se o hino fosse nova-

mente vaiado.² Mas não são apenas manifestações de hostilidade aos símbolos nacionais que incomodam. As celebrações de rua em caso de vitória de seleções estrangeiras, sobretudo a argelina, com a exibição de suas bandeiras, também são fortemente estigmatizadas, sendo interpretadas como sinais de hostilidade à França por “falsos torcedores” oportunistas. No entanto, as poucas pesquisas realizadas sobre o tema revelam, mais uma vez, a diversidade das manifestações e dos fatores de apoio ao país dos ancestrais e sugerem uma inversão da lógica, afirmando que essas projeções complexas, assim como os atos violentos de uma minoria de vândalos, expressam acima de tudo uma vivência marcada por desigualdades e discriminações, o que alimenta a desconfiança em relação às autoridades francesas (Cos e Talpin 2014). Uma pesquisa etnográfica com uma família marfinense que fugiu da guerra cerca de quinze anos antes, e cujo filho jogava pela seleção da Costa do Marfim na Copa do Mundo de 2014, no Brasil, também mostra como o apego ao país de origem por meio do futebol em nada impede a integração social e profissional na sociedade de acolhida – podendo, ao contrário, até favorecê-la (Nazareth 2014).

O FUTEBOL COMUNITÁRIO DOS IMIGRANTES POLONESES DO NORTE DA FRANÇA (ANOS 1930)

Por mais interessantes que sejam, na medida em que permitem desconstruir o simplismo do senso comum, esses estudos apresentam,

2 Gil Bousquet, “France — Tunisie. Vive polémique autour des sifflets”, *La Dépêche*, 16 out. 2008.

no entanto, a limitação de se concentrarem na elite do futebol, deixando de lado o essencial da prática realizada pelos “amadores”. Diversas pesquisas permitem, contudo, preencher parcialmente essa lacuna, ao se interessarem pelas relações entre futebol e imigração em uma escala mais local, mostrando a variabilidade espacial e temporal do fenômeno. Olivier Chovaux estudou, por exemplo, o caso dos imigrantes poloneses no norte da França, trazidos principalmente para trabalhar nas minas de carvão. Devido à proximidade com a Inglaterra e à presença marcante do “paternalismo industrial esportivo”, a região foi um local pioneiro no desenvolvimento da prática do futebol na França, com a presença precoce de jogadores estrangeiros, especialmente ingleses e belgas, nas equipes mais competitivas, mesmo antes da institucionalização do profissionalismo em 1932, dentro de uma lógica de “importação de tecnicidade”, impulsionada por uma crença persistente na existência de “estilos nacionais”. A partir dos anos 1930, a bola deixa de ser um simples reflexo das ondas sucessivas de imigração para se tornar um verdadeiro “meio de integração, particularmente eficaz”. Esse meio ofereceria não apenas uma via de reconhecimento social aos jogadores de origem popular e estrangeira, mas também contribuiria para a aculturação dos recém-chegados por meio do contato com os nativos, o que teria o efeito de atenuar a xenofobia. Pode-se pensar, primeiramente, na fase mais visível desse processo: a “invenção” da figura do “futebolista mineiro”, ou seja, a detecção de jovens jogadores talentosos entre as populações operárias imigrantes, que eram então dispensados do trabalho na mina para se dedicarem exclusivamente

ao futebol e contribuir assim para uma “cultura de integração pelo futebol”, fundindo identidades imigrantes e operárias. Essa prática, contudo, também atendia a interesses patronais voltados à pacificação das relações sociais. O caso do Racing Club de Lens, fundado em 1906 pelos dirigentes das empresas de carvão, encarna toda a ambiguidade desse processo (Fontaine 2010), embora ainda sejam necessárias pesquisas para compreender os efeitos concretos dessas iniciativas sobre as populações operárias e imigrantes, especialmente por meio do torcedorismo organizado, que começa a se popularizar — em todos os sentidos do termo — nos anos 1920. Enquanto alguns estudos destacam a importância da prática do “futebol de rua”, na qual jovens franceses e estrangeiros, especialmente poloneses — que representavam quase três quartos da população estrangeira da região em 1936 — se misturavam ao sair da escola ou da mina (Ponty 1995), a prática também se estrutura com a criação contínua de novos clubes e a institucionalização de campeonatos com calendários coordenados. A comunidade polonesa se organiza por sua vez ao desenvolver sua própria rede de associações com vocação esportiva e cultural, a começar pela União Polonesa de Futebol, criada em 1924, que organiza seu próprio campeonato, rapidamente composto por cerca de trinta equipes. Se, por um lado, trata-se de preservar uma identidade cultural em situação migratória, isso não deve ser visto como sinal de isolamento, ainda mais considerando que a maioria dos jogadores poloneses no setor mineiro jogava em clubes da Federação Francesa de Futebol, cujos recursos eram sustentados pelas companhias mineradoras. Embora o futebol fosse apenas uma

entre muitas outras atividades, não se pode negligenciar a existência de um processo de integração *dentro e por meio* do futebol, como ilustra este caso, que resulta mais da iniciativa dos próprios interessados e das lógicas esportivas do que de uma política voluntarista dos dirigentes esportivos.

AS AMBIGUIDADES DOS CLUBES PORTUGUESES NA FRANÇA DOS ANOS 1970

Esse fenômeno é corroborado por outros estudos voltados para diferentes períodos e diferentes comunidades de origem estrangeira. É o caso, por exemplo, dos imigrantes portugueses estudados por Victor Pereira (2017), baseado em uma pesquisa histórica e etnográfica. Embora clubes “portugueses” tenham sido criados por imigrantes desde o início do século XX, isso só ocorre na França a partir dos anos 1960, com algumas exceções, ao contrário de outras comunidades — polonesa, espanhola, italiana ou suíça — que já haviam fundado “seus” clubes no período entreguerras. Isso se deve simplesmente ao fato de que a imigração portuguesa na França, até então limitada, passou por uma considerável expansão nesse período. Também contribuiu para isso o ativismo das autoridades portuguesas, que incentivaram a criação de clubes de futebol porque consideravam essa atividade uma maneira de despolitizar os emigrantes e afastá-los da propaganda comunista, mesmo que, simultaneamente, a ditadura do Estado Novo demonstrasse grande desconfiança em relação ao futebol dentro de Portugal. O regime fomentou, assim, a criação de uma Associação Nacional dos Portugueses da França (ANPF), que

organizou várias equipes e instrumentalizou o futebol para defender o Império Colonial. Na prática, contudo, a maioria dos clubes comunitários de futebol foi criada por trabalhadores portugueses recém-chegados à França, mas menos por desejo de isolamento do que pela rejeição dos clubes existentes, dado que a Federação Francesa de Futebol limitava a dois o número de estrangeiros permitidos por equipe em suas competições. Três quartos das equipes “portuguesas” estavam situadas fora da região parisiense, apesar de ser nessa região que se concentrava a maioria dos imigrantes do país. O autor explica esse paradoxo pelo fato de um mesmo clube poder abrigar várias equipes. Pode-se, no entanto, propor outra hipótese: a prática do futebol como um meio de integração seria mais necessária nos territórios periféricos, cidades médias e áreas rurais, do que nas grandes metrópoles como Paris. O pesquisador ressalta que a escolha de se constituir em associação, em vez de jogar informalmente, revela uma vontade de integração à sociedade de acolhimento por meio do confronto com outras equipes locais. Isso é confirmado pelo fato de que, ao contrário do caso polonês, os imigrantes portugueses não criaram seu próprio sistema competitivo. Apesar das ofensas xenofóbicas que sofriam regularmente, o futebol lhes oferecia um terreno onde podiam enfrentar, e até vencer, os “franceses” e assim “suspender, por uma partida, a inferioridade social e simbólica na qual se encontravam” (*Ibid.*: 64). Segundo Victor Pereira, os imigrantes portugueses fizeram do futebol uma “mercadoria cultural” que lhes permitia valorizar a si mesmos, especialmente por essa ser uma das poucas áreas em que o país se destacava

internacionalmente durante a ditadura salazarista. Por meio das interações que o futebol favorecia, ele também lhes proporcionava um “capital social” mobilizável em suas atividades econômicas e na vida cotidiana. Facilitava ainda a transmissão geracional entre pais e filhos e a manutenção do vínculo com o país de origem, vínculo que algumas empresas portuguesas souberam explorar para expandir suas atividades na França, criando um verdadeiro “mercado da saudade”. O historiador destaca ainda que, ao longo das décadas, dezenas de clubes portugueses conseguiram se manter, ao mesmo tempo em que se abriram ao restante da população e se integraram às políticas públicas esportivas. O caso de Lilian Thuram — figura-chave na vitória da França na Copa do Mundo de 1998 e que iniciou no Clube Esportivo e Cultural dos Portugueses de Fontainebleau, criado em 1971, que acolhia todas as crianças do bairro popular vizinho — é exemplar. Assim como, de forma oposta, os casos de outros jogadores da seleção francesa, filhos de imigrantes portugueses, como Robert Pirès ou Antoine Griezmann, que se formaram fora de tais clubes. Esses clubes de futebol cumpriram, e ainda podem cumprir, o papel de espaços protetores e locais de aprendizado da vida em sociedade na França para os imigrantes portugueses, à semelhança do que muitos estudos mostraram sobre as associações operárias no final do século XIX, ou dos trabalhos dos sociólogos da Escola de Chicago nos Estados Unidos (Thomas e Znaniecki 1998, Grafmeyer e Joseph 1990). Entretanto, o autor também aponta várias limitações a esse processo de integração: primeiro, as mulheres são amplamente excluídas, ou pior, têm a divisão tradicional de tarefas reforçada, pois devem

cuidar do trabalho doméstico enquanto os homens jogam, além de lavarem os uniformes deles, tornando possível o envolvimento esportivo masculino. Em segundo lugar, a identidade operária é igualmente relegada, como demonstram os nomes das associações, o que contribui para a despolitização buscada pelas autoridades portuguesas e confirmada pelos relatórios de vigilância de seus equivalentes franceses. Por fim, as identidades regionais também são apagadas nos nomes dos clubes, que sempre fazem referência a Portugal, como se fosse um território homogêneo. Assim, o futebol contribui para a manutenção do sentimento nacional, essa “comunidade imaginada” (Anderson 1983), e para sua expansão dentro da diáspora.

ESTUDAR O FUTEBOL COMUNITÁRIO NA ALSÁCIA ATUAL, ENTRE REJEIÇÃO E INTEGRAÇÃO

Pode-se destacar, por fim, uma investigação sociológica sobre o futebol comunitário na Alsácia, uma região fronteiriça com a Alemanha no leste da França, que aponta uma série de questões metodológicas interessantes, além de apresentar resultados que corroboram, para o período contemporâneo, constatações anteriormente estabelecidas (Gasparini e Koebel 2017). Nessa região, onde a proporção de imigrantes é estimada em 10% da população — taxa superior à média nacional — e cuja composição se distingue pela forte presença de pessoas originárias da Turquia (mais de um terço da comunidade turca na França), a Liga Regional de Futebol Amador relata,

desde o início dos anos 2000, um aumento nos pedidos de filiação de clubes provenientes de associações culturais ou religiosas turcas que, até então, não tinham fins esportivos. Os pesquisadores buscam, assim, compreender as lógicas subjacentes à existência de um futebol “comunitário”, não sem questionar o próprio significado dessa expressão. Em um primeiro momento quantitativo, realizado a partir dos arquivos da Liga da Alsácia de Futebol Amador, eles se empenham em identificar os licenciados de origem estrangeira entre os maiores de 16 anos, baseando-se em seus prenomes,³ e nos clubes que apresentam uma denominação de “conotação comunitária” — que são apenas 16 de um total de 578 e estão concentrados em três centros urbanos. Os autores estabelecem várias constatações: uma tendência dos clubes com nome comunitário a acolher jogadores de origens nacionais cada vez mais variadas; uma certa disseminação dos jogadores com prenomes de origem estrangeira nos demais clubes,⁴ mas também uma forte correlação entre a proporção desses jogadores e o tamanho do município, o que não apenas reflete a concentração de imigrantes nas aglomerações urbanas como também sugere a existência de mecanismos de rejeição mais fortes em áreas

3 Método onomástico comum em pesquisas desse tipo, apesar de aproximativo, pois a Constituição francesa proíbe qualquer recenseamento com base étnica ou religiosa e reconhece apenas a distinção entre franceses e estrangeiros.

4 Apenas cerca de vinte deles ultrapassam 50% de jogadores com prenomes de origem estrangeira e estão significativamente localizados em bairros populares de grandes aglomerações, onde as populações imigrantes estão concentradas.

rurais, o que pode ter motivado a criação de clubes “comunitários” que aí se concentram, segundo os autores. Eles apontam, por outro lado, uma presença significativa de prenomes estrangeiros entre os árbitros (cerca de 30%) e, inversamente, uma fraca presença entre os dirigentes (menos de 10%), sinais, respectivamente, de integração institucional e de subordinação. As mulheres de origem estrangeira também estão muito sub-representadas, tanto entre as jogadoras quanto entre as dirigentes, ainda mais do que seus colegas homens, o que confirma o caráter altamente generificado da integração via futebol. Observa-se, por fim, que mais de 60% dos licenciados em futsal têm prenomes de sonoridade estrangeira, sugerindo que esta seria uma prática-refúgio. Essa hipótese é corroborada pelo segundo momento da investigação, de caráter qualitativo, baseado em entrevistas com um dirigente, um jogador e o treinador de um dos dois clubes “comunitários” turcos. Seus testemunhos relatam repetidas experiências de rejeição com conotação racista e de injustiças — seu clube, embora seja o melhor da cidade no aspecto esportivo, recebe menos apoio material da prefeitura do que outros clubes. Os autores concluem que a existência de clubes “comunitários” só pode ser compreendida a partir do estudo do conjunto do “espaço esportivo associativo local” e levando em consideração o contexto socioeconômico. Eles insistem no “paradoxo do futebol amador”, que é ao mesmo tempo espaço de mestiçagem e intercâmbio cultural, bem como de agrupamento comunitário, que, embora minoritário, revela as discriminações e dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelas populações de origem imigrante na França. O futebol pode, assim,

ser uma fonte de valorização e de compensação dos fracassos vividos em outras esferas (escola, emprego etc.), além de favorecer a acumulação de um “capital social” que pode facilitar a obtenção de um estágio ou emprego, particularmente no tecido empresarial “comunitário”. Os autores destacam, por fim, que o foco sobre o suposto “comunitarismo” das populações minoritárias oculta aquele, mais intenso, das populações autóctones, como indica a taxa significativa de clubes nos quais 100% dos licenciados têm prenomes de sonoridade francesa, especialmente em áreas rurais.

FUTEBOL E COMUNIDADES ALDEÃS: MANUTENÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS SOCIABILIDADES LOCAIS

Ao associar demais comunidade e imigração na França, tende-se justamente a perder de vista o sentido original do primeiro termo: o da comunidade aldeã. Este, no entanto, está no centro de alguns trabalhos, como a etnografia já clássica do clube de Voutré, pequena aldeia com menos de 1.000 habitantes situada entre Laval e Le Mans, no oeste da França (Faure 1989). Jean-Michel Faure mostra como esse clube desempenha um papel crucial nas sociabilidades aldeãs, das quais constitui um verdadeiro “princípio organizador”. Fundado pelos operários pedreiros locais, o que originalmente se chamava “Clube da Cabília” — nome da região da Argélia de onde a maioria deles era originária — participa da separação clara, e até do confronto, entre o mundo deles e o dos camponeses autóctones, que se reflete na política local. “A osmose entre a pedreira, o futebol e a

organização da vida coletiva nunca se desfez” ao longo das décadas, observa o sociólogo, que aponta que política, religião, posição social e futebol são indissociáveis em escala local. A equipe do C.A. Voutré, que atualmente recebe outras profissões e não apenas pedreiros — pequenos comerciantes, professores etc. —, e que conta com vários membros no Conselho Municipal, é tratada como uma metonímia da aldeia e carrega sua reputação de “vermelha” para fora, o que contribui por sua vez para forjar sua identidade local em oposição à dos outros vilarejos vizinhos. Suas partidas permitem que essa identidade se manifeste com paixão, ao mesmo tempo em que favorecem momentos privilegiados de sociabilidade, especialmente em torno do bar. Pode-se notar, aliás, que a questão migratória parece totalmente apagada diante de outros marcadores identitários — socioprofissionais e políticos — em escala local. O autor destaca, contudo, um efeito mais ambíguo no plano político, pois apesar da imagem de “vermelha” associada ao clube, ele é, ao contrário, um local de evitação da política nas discussões, onde cada um guarda suas opiniões para si, como forma de prevenir qualquer situação conflituosa fora do jogo.

Em outro registro, Nicolas Renahy (2001, 2005) também mostra a importância do futebol na integração local por meio do caso de uma aldeia da Borgonha da qual ele próprio é originário. Tendo saído de lá para estudar Sociologia, o pesquisador voltou a se estabelecer na aldeia para escrever sua tese, que tinha como objetivo ir na contramão do foco atual da mídia e do meio acadêmico nos “jovens de periferia” em ambientes urbanos. Ele se associou ao clube local de futebol ao mesmo tempo em que conseguiu um emprego na fábri-

ca, e conduziu sua pesquisa junto aos “caras do pedaço”, que têm em comum o fato terem raízes na região – o que não impede que alguns descendam de imigrantes. Enquanto a aldeia perdeu mais de um terço de sua população desde meados dos anos 1970, devido ao fim dos “Trinta Gloriosos” e à crise industrial que se seguiu, o clube se tornou autônomo da empresa à qual originalmente pertencia. Da mesma forma, ele conta com cada vez menos operários e moradores da aldeia, mas continua a se afirmar como representante da identidade local, uma identidade operária, que perpetua simbolicamente apesar do estabelecimento do desemprego em massa. Isso acontece durante as partidas de domingo, que marcam a sociabilidade local e o entusiasmo da centena de torcedores que acompanham o clube em seus jogos fora de casa, mas também nos treinos de corrida do time, que seguem o trajeto dos tradicionais desfiles de todos os tipos, passando praticamente em frente a todas as casas. O futebol opera assim uma “superação simbólica” da crise do mundo rural e operário, segundo o pesquisador, permitindo, além disso, a afirmação de uma virilidade preservada por meio da encenação de um “corpo masculino atuante”, apesar da perda do *status* socioeconômico, e permite conservar a autoestima e a da comunidade local, cuja principal riqueza continua sendo o “capital de autoctonia” (Retière 2003), ligado ao fato de “ser daqui”, que no entanto compensa apenas de forma imperfeita os males relacionados à crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se é importante adotar um certo distanciamento em relação aos discursos sobre a “integração pelo esporte” (Gasparini 2008), que são

promovidos por certos responsáveis políticos em relação aos imigrantes e seus filhos, e que erigem a prática esportiva como um espaço de inculcação de regras e valores dos quais eles seriam desprovidos, ao mesmo tempo em que deixam de tratar as causas mais estruturais de suas dificuldades, muitos trabalhos sugerem, na França como em outros lugares, que o futebol constitui ao mesmo tempo um espelho e um fator privilegiado dos processos de integração, dos quais é preciso notar tanto a polissemia, o caráter relacional⁵ e a ambivalência. Essas pesquisas sócio-históricas refutam a persistente oposição entre “comunidade” e “sociedade” e indicam claramente que esses dois tipos de laços sociais coexistem, ainda que de maneiras variadas e complexas segundo os contextos. É necessário continuar a explorar esses processos, especialmente por meio do prisma do futebol; e para além dos campos já delimitados, que podem ser aprofundados e estudados sob outros ângulos, existem outros campos que podem ser investigados e comparados. A dialética entre *comunitarização* e *societização* poderia ser mobilizada para estudar questões tão variadas quanto as modalidades de futebol adaptado (em cadeira de rodas, para deficientes visuais etc.) para pessoas em situação de deficiência; a maneira como clubes LGBT podem constituir “territórios acolhedores” capazes de favorecer a prática, especialmente feminina (Le Blanc 2019); o papel particular do futebol em ambiente carcerário

5 Como em muitas outras atividades, é preciso haver ao menos dois (grupos) a (se) integrarem: os recém-chegados (*outsiders*) e os “estabelecidos” (*established*), e o desfecho depende, em primeiro lugar, destes últimos (Elias e Scotson 1965).

(Sempé e Bodin 2015); os usos do futebol no trabalho social, especialmente para acompanhar pessoas em situação de rua (Danneau 2014); mas também para entender os mecanismos da improvável politização de jogadores de futebol de alto rendimento (Guéry e Martinache 2022a) ou de grupos de torcedores antifascistas a partir de “tradições inventadas” (Guéry e Martinache 2022b). A lista não é exaustiva, mas constitui, acima de tudo, um convite a continuar as pesquisas desse tipo, que levam o futebol a sério, esforçando-se para captar a complexidade e a ambivalência das lógicas sociais em ação. Uma tarefa tanto mais importante porque, de novo, vemos se desenvolver na França um pânico moral em torno do suposto uso de certos clubes de futebol como células de radicalização e recrutamento de potenciais terroristas islamistas, não sem alguns equívocos (Chapitiaux e Terral 2024) – uma renovação de certas obsessões do republicanismo francês, que leva a pensar que, como uma bola, a história social muitas vezes anda em círculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. 1983. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

BEAUD, Stéphane. 2011. *Traîtres à la nation? Un autre regard sur la grève des Bleus en Afrique du Sud*. Paris: La Découverte.

BEAUD Stéphane e Gérard Noiriel. 1990. “L’immigration dans le football”. *Vingtième Siècle*, 26: 83-96.

BOUSQUET, Gil. 2008. “France - Tunisie. Vive polémique autour des sifflets”. *La Dépêche*, 16 out. <https://www.ladepeche.fr/article/2008/10/16/481989-france-tunisie-vive-polemique-au-tour-des-sifflets.html>.

CHAPITAUX, Médéric e Philippe Terral. 2024. “Islamisme et sport: entre invisibilité, amalgame, stigmatisation et protéiformité de la menace”. *Hérodote*, 192: 129-144.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. 2019. “La notion de ‘communauté’ chez Max Weber: enjeux contemporains”. *Cahiers de philosophie de l’université de Caen*, 56: 35-56.

COS, Raphaël e Julien Talpin. 2014. “Le ‘supporter de l’Algérie’ et ses doubles Enjeux locaux de la coupe du monde à Roubaix”. *Savoir/Agir*, 30(4): 47-55.

DANNEAU, Benoît. 2014. “Les personnes sans abri et le football: entre pratique sportive et accompagnement social”. *Informations sociales*, 182: 134-140.

DULONG, Renaud. 1978. *Les Régions, l’État et la société locale*. Paris: Presses Universitaires de France.

DURKHEIM, Émile. 1893. *De la Division du travail social*. Paris: Alcan.

DURKHEIM, Émile. 1967. *Les Règles de la méthode sociologique*. Paris: Alcan [1ère éd.: 1894].

ELIAS, Norbert e John Scotson. 1965. *The Established and the Outsiders*. London: Franck Cass & Co.

FAURE, Jean-Michel. 1989. “Les ‘fouteux’ de Voutré”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 80: 68-73.

FONTAINE, Marion. 2010. *Le Racing Club de Lens et les “Gueules noires”, essai d’histoire sociale*. Paris: Les Indes Savantes.

GASPARINI, William. 2008. “L’intégration par le sport. Genèse politique d’une croyance collective”. *Sociétés contemporaines*, 69: 7-23.

GASPARINI, William e Michel Koebel. 2017. “Le football communautaire: enquête dans les clubs alsaciens, France”. *Sciences de la société*, 101: 144-167.

GIULIANOTTI, Richard e Roland Robertson. 2004. “The Globalization of Football: A Study in the Glocalization of the ‘Serious Life’”. *British Journal of Sociology*, 55(4): 545-568.

GRAFMEYER, Yves e Isaac Joseph (org.). 1990. *L’École de Chicago. Naissance de l’écologie urbaine*. Paris: Aubier.

GUÉRY, Valentin e Igor Martinache. 2022a. “Le sportif, le politique et le médiatique Vikash Dhorasoo, un habitus clivé pris dans la logique des champs”. *Politiques de communication*, 19: 189-223.

GUÉRY, Valentin e Igor Martinache. 2022b. “From Red Star to red poster: the multiple lives of Rino Della Negra”. *Presentation at the 6th RERIS Congress, Warsaw, September 27th*.

LE BLANC, Antoine. 2019. “Construire des territoires rassurants: l’exemple du sport LGBT en région parisienne”. *L’Information géographique*, 83(3): 39-61.

LESTRELIN, Ludovic. 2011. *L’Autre public des matchs de football*. Paris: Éditions de l’EHESS.

MOHAMMED, Marwane e Julien Talpin (org.). 2018. *Communautarisme?* Paris: Presses Universitaires de France.

NAZARETH, Cyril. 2014. “Un match des Éléphants dans une famille ivoirienne de footballeurs Supporter le fils aîné à distance”. *Savoir/Agir*, 30(4): 37-45.

NOIRIEL, Gérard. 1988. *Le Creuset français*. Paris: Seuil.

PEREIRA, Victor. 2017. “Football, identité et culture: Le football parmi les Portugais et leurs descendants en France”. *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 6: 55-77.

PLOUVIEZ, Mélanie. 2015. “Le projet durkheimien de réforme corporative: droit professionnel et protection des travailleurs”. *Les Études Sociales*, 157-158: 57-103.

PONTY, Janine. 1995. *Les Polonais du Nord ou la mémoire des corons*. Paris: Autrement.

RENAHY, Nicolas. 2001. “Football et représentation territoriale: un club amateur dans un village ouvrier”. *Ethnologie française*, 31: 707-715.

RENAHY, Nicolas. 2005. *Les gars du coin. Enquête sur une jeunesse rurale*. Paris: La Découverte.

RETIÈRE, Jean-Noël. 2003. “Autour de l’autochtonie. Réflexions sur la notion de capital social populaire”. *Politix*, 63:121-143.

SALLÉ, Loïc e Jean Bréhon. 2020. “La radicalisation dans le sport au prisme de la sociologie de Norbert Elias: des commérages aux logiques de l’exclusion”. *Staps*, 128: 61-79.

SEMPÉ, Gaëlle e Dominique Bodin. 2015. “Homo-sociabilité et (auto) exclusion en prison pour hommes. Usages sociaux du sport et divisions de l’espace”. *Espaces et sociétés*, 162: 79-93.

THOMAS, William e Florian Znaniecki. 1998. *Le paysan polonais en Europe et en Amérique*. Paris: Nathan [éd. or.: 1919].

TÖNNIES, Ferdinand. 2010. *Communauté et société*. Paris: Presses Universitaires de France [éd. or.: 1887].

TRÉMOULINAS, Alexis. 2008. “La construction locale d’un ordre social: Négociations de parties de football. *L’Année sociologique*, 58(2): 267-298.